

Verbas para Educação paulista

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anunciou a aprovação pelo Comitê Executivo do Banco Mundial (Bird) de empréstimo de US\$ 245 milhões ao governo paulista, para financiamento específico de projetos na área educacional. O secretário Fernando Moraes fez questão de garantir que o destino final do dinheiro — com recebimento parcelado nos próximos sete anos — será a “melhora da rede física”, especialmente na Grande São Paulo. A esses recursos externos, vale notar, se acrescentarão outros US\$ 325 milhões do orçamento estadual. Tal volume de recursos exige criterioso planejamento, elaborado a partir do levantamento de reais prioridades. Há quatro anos a educação de São Paulo espera por esse financiamento. Decisões errôneas neste momento terão consequências graves demais.

Para que se tenha exata idéia do que significam esses recursos, convém saber que o orçamento previsto para este ano para a Secretaria da Educação de São Paulo equivale a pouco mais de US\$ 1,5 bilhão. Ora, como 81% dessa quantia é gasta com o pagamento de pessoal, sobra pouco para recuperar escolas ou construir novas. Sem um crescimento real da rede física — nos locais em que novas escolas são de fato necessárias —, o ensino público paulista não poderá implantar de fato a proposta da jornada única, regime que permite a permanência da criança na escola nas duas primeiras séries do primeiro grau por seis horas-aula/dia. Como 29% das escolas estaduais da Grande São Paulo possuem quatro turnos diários — 37%, três turnos, 9% das cinco e, inacreditavelmente, 2% das escolas da capital do Estado mais rico da Federação tentam educar em sete turnos diários de aula —, ampliar a rede física para poder fixar o aluno mais tempo na escola é o primeiro passo para resolver a crise educacional. Desde que seja feito com bom senso.

Mencionar a possibilidade de construir novas escolas sempre aguçava apetites políticos incontrolláveis. Construir, porém, salas de aula na contramão dos fluxos migratórios (mas muito a favor dos fluxos políticos) faz parte de nossas mais consolidadas tradições em termos de erro em administração pública. Esses riscos políticos de mau uso das verbas se comprovam por relatório oficial do governo do Estado de São Paulo, de maio de 1989. Ali se revela que 40,3% das escolas estaduais da Grande São Paulo funcionam com mais alunos do que poderiam atender. Não há dúvida de que as verbas do Bird representam uma possibilidade de melhora para o ensino público paulista.

Por outro lado, construir escola não é tudo. A escola de primeiro grau, que em São Paulo atende a 90% da clientela em idade escolar, permanece entre nós uma “grande desconhecida”. Ao antigo “grupo escolar” sucedeu uma mescla de demandas educacionais, da alfabetização (que de fato pouco acontece, mesmo ao final do primeiro grau) à assimilação de conteúdos mínimos tidos como “únicos” por todo um universo de disparidades educacionais, que só na Grande São Paulo engloba 2.108 escolas. As verbas do Bird podem ajudar muito a transformar o que é só um projeto de ensino de primeiro grau, em oito séries, em um sistema escolar de verdade. Eficiente e moderno.

